REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PÓS-MODERNIDADE: ENTRE EMANCIPAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SUBALTERNIDADE

CURRICULUM POLICIES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION IN POSTMODERNITY: BETWEEN EMANCIPATION AND THE MAINTENANCE OF SUBORDINATION

POLÍTICAS CURRICULARES PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LA POSMODERNIDAD: ENTRE LA EMANCIPACIÓN Y EL MANTENIMIENTO DE LA SUBALTERNIDAD

Antonio Edson Alves da Silva[1], Fátima Rosélia Monteiro[2], Rosângela Maria Holanda de Araújo[3]

e696785
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i9.6785

PUBLICADO: 9/2025

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa historicamente posição marginal no sistema educacional brasileiro, configurando-se como modalidade voltada a sujeitos excluídos do ensino regular. Na pós-modernidade, marcada pela intensificação das políticas neoliberais, a EJA sofre com reformas que, embora anunciem inclusão, promovem flexibilização e aligeiramento da formação, comprometendo sua função social emancipadora. Este estudo justifica-se pela necessidade de problematizar como tais políticas afetam a democratização do conhecimento e a formação integral da classe trabalhadora. Nas últimas décadas, a expansão da educação a distância, a juvenilização da modalidade e o desmonte de direitos sociais reforçaram práticas que mantêm a subalternidade e fragilizam o direito à educação. A pesquisa busca compreender em que medida as atuais políticas curriculares contribuem para a emancipação ou, ao contrário, reproduzem exclusão. O objetivo é analisar criticamente essas políticas, destacando contradições e possibilidades, a fim de apontar caminhos que fortaleçam sua função emancipadora. O estudo apoia-se em Freire (1996), que entende a educação como prática de liberdade; Apple (2006), que denuncia o currículo como espaço ideológico; Giroux (1997), defensor da pedagogia crítica; Gramsci (2007), com a noção de hegemonia; e Saviani (2007), com a pedagogia histórico-crítica. Também mobiliza Thompson (2011), Minayo (2001) e pesquisas recentes sobre a EJA. De natureza qualitativa e bibliográfica, a pesquisa utilizou análise de conteúdo (Bardin, 2011) em quatro artigos publicados entre 2020 e 2024. Os resultados revelam avanços pontuais, mas prevalecem currículos aligeirados, evasão, juvenilização e precariedade docente. Conclui-se que a EJA segue tensionada entre políticas neoliberais voltadas à empregabilidade imediata e perspectivas críticas que defendem formação integral e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Curriculares. Emancipação.

[1] Pós-Doutor em Linguística (UFC). Doutor e Mestre em Linguística Aplicada (UECE). Licenciado em Letras Português, Letras Libras e Pedagogia. Professor da Rede Pública Municipal de Caucaia, Ceará. Professor do Instituto Educainter, Fortaleza, Ceará.

[2] Mestranda em Ciências da Educação da Universidad del Sol (UNADES) - Instituto Educainter. Graduação em Pedagogia Em Regime Especial -Licenciatura Plena - Universidade Vale do Acaraú (UVA). Especialização em Organização e Gestão Escolar- Lato- Sensu. Universidade Vale do Acaraú (UVA). Professora da rede municipal de Fortaleza - CE e de Eusébio - CE.

[3] Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES) - Instituto Educainter. Licenciada em Pedagogia e Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia. Professora do ensino básico do município do Aquiraz, Ceará.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ABSTRACT

Adult and Youth Education (EJA) has historically occupied a marginal position within the Brazilian educational system, being configured as a modality aimed at subjects excluded from regular schooling. In postmodernity, marked by the intensification of neoliberal policies, EJA undergoes reforms that, while announcing inclusion, promote flexibility and the streamlining of training, thereby undermining its emancipatory social role. This study is justified by the need to problematize how such policies affect the democratization of knowledge and the integral formation of the working class. In recent decades, the expansion of distance education, the juvenilization of the modality, and the dismantling of social rights have reinforced practices that sustain subordination and weaken the right to education. The research seeks to understand to what extent current curricular policies contribute to emancipation or, conversely, reproduce exclusion. The main objective is to critically analyze these policies, highlighting contradictions and possibilities, in order to identify pathways that strengthen their emancipatory function. The study draws on Freire (1996), who conceives education as a practice of freedom; Apple (2006), who denounces curriculum as an ideological space; Giroux (1997), who advocates critical pedagogy; Gramsci (2007), with the notion of cultural hegemony; and Saviani (2007), with historical-critical pedagogy. It also mobilizes Thompson (2011), Minayo (2001), and recent studies on EJA. With a qualitative and bibliographical approach, the research applied content analysis (Bardin, 2011) to four articles published between 2020 and 2024. Results indicate punctual advances, but streamlined curricula, dropout rates, juvenilization, and teaching precariousness still prevail. It is concluded that EJA remains a field of dispute between neoliberal policies oriented toward immediate employability and critical perspectives that defend integral and emancipatory education.

KEYWORDS: *Youth and Adult Education. Curriculum Policies. Emancipation.*

RESUMEN

La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) ha ocupado históricamente una posición marginal en el sistema educativo brasileño, configurándose como una modalidad destinada a sujetos excluidos de la enseñanza regular. En la posmodernidad, marcada por la intensificación de las políticas neoliberales, la EJA atraviesa reformas que, aunque anuncian inclusión, promueven la flexibilización y el aligeramiento de la formación, comprometiendo así su función social emancipadora. Este estudio se justifica por la necesidad de problematizar cómo tales políticas afectan la democratización del conocimiento y la formación integral de la clase trabajadora. En las últimas décadas, la expansión de la educación a distancia, la juvenilización de la modalidad y el desmantelamiento de derechos sociales reforzaron prácticas que mantienen la subalternidad y debilitan el derecho a la educación. La investigación busca comprender en qué medida las actuales políticas curriculares contribuyen a la emancipación o, por el contrario, reproducen mecanismos de exclusión. El objetivo es analizar críticamente dichas políticas, destacando contradicciones y posibilidades, con miras a señalar caminos que fortalezcan su función emancipadora. El estudio se apoya en Freire (1996), quien entiende la educación como práctica de libertad; Apple (2006), que denuncia el currículo como espacio ideológico; Giroux (1997), defensor de la pedagogía crítica; Gramsci (2007), con la noción de hegemonía cultural; y Saviani (2007), con la pedagogía histórico-crítica. También moviliza a Thompson (2011), Minayo (2001) y estudios recientes sobre la EJA. De carácter cualitativo y bibliográfico, la investigación utilizó el análisis de contenido (Bardin, 2011) en cuatro artículos publicados entre 2020 y 2024. Los resultados revelan avances puntuales, pero persisten currículos aligerados, alta evasión, juvenilización y precariedad docente. Se concluye que la EJA continúa siendo un campo de disputa entre políticas neoliberales orientadas a la empleabilidad inmediata y perspectivas críticas que defienden una formación integral y emancipadora.

PALABRAS CLAVE*: Educación de Jóvenes y Adultos. Políticas Curriculares. Emancipación.*

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), historicamente, ocupa um espaço marginal no sistema educacional brasileiro, revelando tanto as profundas desigualdades sociais quanto os conflitos em torno da efetivação do direito à escolarização da classe trabalhadora. Desde suas origens, a EJA foi marcada por políticas de caráter compensatório, muitas vezes concebidas como estratégias paliativas para corrigir atrasos escolares. No entanto, na contemporaneidade, e em especial no contexto da pós-modernidade, essa modalidade de ensino passou a ser atravessada por reformas curriculares que expressam as tensões entre projetos societários divergentes. Por um lado, apresentam-se como propostas voltadas à inclusão social, ao reconhecimento da diversidade e à emancipação dos sujeitos; por outro, configuram-se como instrumentos de controle, regulação e manutenção da subalternidade, ao limitarem o acesso pleno ao conhecimento sistematizado. Assim, a análise da EJA torna-se relevante para compreender como as políticas educacionais se articulam aos movimentos mais amplos de transformação social e econômica.

Entretanto, observa-se que, nas últimas décadas, as reformas educacionais de orientação neoliberal têm promovido um processo de flexibilização curricular que compromete a qualidade da formação oferecida na EJA. Ao alinhar-se a diretrizes de eficiência e produtividade, muitas políticas reduziram o tempo de escolarização e fragilizaram os vínculos entre educação e emancipação social. Esse quadro é intensificado pela juvenilização da EJA, pela precarização das condições de ensino e pela expansão da educação a distância como alternativa para jovens e adultos trabalhadores, reforçando práticas que aligeiram a formação e dificultam o acesso ao conhecimento científico de maneira crítica. Nesse cenário, a problemática que orienta este estudo consiste em analisar em que medida as atuais políticas curriculares contribuem para a efetiva emancipação dos sujeitos ou, ao contrário, perpetuam mecanismos de subordinação, restringindo a educação a uma função meramente instrumental e adaptativa ao mercado de trabalho.

A relevância desta investigação se justifica pelo contexto de crescente desigualdade estrutural e pelo processo de desmonte de direitos sociais que afetam diretamente a classe trabalhadora no Brasil. A EJA, ao atender sujeitos historicamente excluídos do sistema regular de ensino, deveria constituir-se como um espaço de reparação e garantia de direitos. Contudo, observa-se que as recentes reformas caminham em direção oposta, aprofundando a exclusão educacional e restringindo o caráter formativo da modalidade. Estudar criticamente as políticas curriculares destinadas a jovens e adultos na pós-modernidade é, portanto, uma necessidade ética, política e acadêmica, pois permite identificar as contradições que permeiam esse campo e apontar caminhos para a construção de uma educação que valorize o conhecimento científico,

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

respeite a diversidade dos sujeitos e promova a inclusão social de maneira efetiva e emancipadora.

O objetivo central deste artigo é analisar as políticas curriculares voltadas para a Educação de Jovens e Adultos na pós-modernidade, destacando suas contradições e possibilidades. Busca-se compreender como tais políticas, ao mesmo tempo em que se apresentam como alternativas para democratizar o acesso ao conhecimento, podem também reproduzir práticas que limitam a autonomia e o protagonismo dos sujeitos trabalhadores. O estudo pretende, ainda, problematizar em que medida as diretrizes curriculares vigentes dialogam com a perspectiva da emancipação humana e em que medida permanecem ancoradas em lógicas de subordinação. A partir dessa reflexão, objetiva-se contribuir com o debate acadêmico e político acerca da EJA, evidenciando as disputas de sentidos que atravessam a formulação de currículos e seus impactos no direito à educação.

Apple (2006, p. 47) afirma que:

> O currículo nunca é um simples conjunto de conhecimentos neutros a serem transmitidos. Ele está profundamente imbricado nas relações de poder, sendo produto de seleções que privilegiam determinadas vozes e silenciam outras. Ao decidir o que deve ser ensinado, a escola participa ativamente da construção de uma ordem social, reforçando visões hegemônicas ou, em alguns casos, abrindo brechas para práticas contra-hegemônicas. Nesse sentido, compreender o currículo é compreender também os mecanismos pelos quais a cultura dominante se legitima e se perpetua.

Para embasar a análise, este artigo recorre a diferentes referenciais teóricos que problematizam a relação entre currículo, educação e sociedade. Destacam-se as contribuições de Freire (1996), ao compreender a educação como prática de liberdade; de Apple (2006), ao discutir o currículo como espaço de disputa ideológica e de controle; de Giroux (1997), que enfatiza a pedagogia crítica e a resistência; e de Gramsci (2007), cuja análise sobre hegemonia cultural é central para compreender a formação de sujeitos críticos. Além desses, são incorporadas as reflexões de Saviani (2007) acerca da pedagogia histórico-crítica, que aponta para a necessidade de uma formação integral, e de Ventura e Silva (2024), que abordam diretamente as contradições das políticas curriculares da EJA no Brasil contemporâneo. Esses referenciais permitem articular a análise da realidade educacional a uma compreensão crítica dos processos sociais que a estruturam.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa assume caráter qualitativo e natureza bibliográfica, com enfoque na análise de conteúdo. Foram selecionados quatro artigos científicos publicados entre 2020 e 2024 que abordam de maneira central as políticas curriculares voltadas à Educação de Jovens e Adultos. A escolha desse recorte temporal se justifica pela necessidade de compreender as tendências mais recentes do debate, especialmente em um período marcado por

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

intensas mudanças educacionais e políticas. Os textos foram analisados a partir de categorias temáticas que evidenciam tanto os elementos de permanência quanto as inovações nas políticas curriculares da EJA, buscando identificar suas implicações para a emancipação ou a subalternização dos sujeitos.

A esse respeito, Freire (1996, p. 25) entende que

> Não é possível a neutralidade da prática educativa. O educador que se afirma neutro, ao negar a opção pela libertação, assume, de forma velada, a defesa da ordem vigente. A educação, nesse sentido, ou funciona como instrumento de integração e acomodação dos indivíduos ao sistema ou, ao contrário, se constitui como prática de liberdade, na medida em que problematiza o mundo e provoca os sujeitos a se perceberem como históricos, inacabados e capazes de intervir na realidade. Por isso, toda prática educativa carrega uma dimensão política, não podendo se limitar a meros procedimentos técnicos.

Portanto, o artigo está estruturado em cinco seções principais. Além desta introdução, o primeiro tópico apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise, destacando as contribuições de autores clássicos e contemporâneos do campo da educação e do currículo. Na segunda seção, discutem-se os fundamentos metodológicos da pesquisa, detalhando as escolhas analíticas e as categorias utilizadas. A terceira seção é dedicada à análise e discussão dos dados, organizando os resultados obtidos a partir da investigação bibliográfica. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados, discutem as implicações das políticas curriculares para a EJA e apontam perspectivas para novas investigações e práticas que possam fortalecer a função emancipadora dessa modalidade de ensino.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O currículo, entendido como construção histórica e social, é mais do que um simples conjunto de conteúdos escolares: ele representa uma arena de disputas ideológicas e políticas. Apple (2006) ressalta que o currículo não é neutro, mas resultado de escolhas sociais que refletem interesses de determinados grupos, revelando a quem o conhecimento serve e quem dele é excluído. Assim, pensar o currículo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na pós-modernidade implica compreender os projetos de sociedade em disputa, bem como as tensões entre o atendimento à lógica do mercado e a construção de uma educação crítica e emancipadora.

Paulo Freire (1996) foi um dos principais teóricos a problematizar a educação como prática de liberdade, em oposição a uma pedagogia bancária, reprodutora de desigualdades. Para o autor, a educação deveria partir da leitura crítica da realidade, reconhecendo os sujeitos como protagonistas do processo de aprendizagem. Esse pensamento é essencial para refletir sobre a EJA, modalidade que atende sujeitos historicamente excluídos do sistema formal de ensino.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A pedagogia freireana permite compreender que políticas curriculares voltadas para jovens e adultos não podem ser pautadas pela compensação, mas pela construção de sujeitos capazes de intervir criticamente no mundo em que vivem.

Giroux (1997) amplia a discussão freireana ao conceber a pedagogia crítica como espaço de resistência às forças hegemônicas que buscam moldar a educação para a subordinação. O autor afirma que a escola deve ser vista como um campo cultural e político, no qual é possível tensionar as estruturas dominantes e possibilitar a emergência de práticas emancipatórias. Na EJA, isso significa pensar em currículos que não reduzam o tempo de escolarização, nem se limitem a competências instrumentais voltadas ao mercado, mas que valorizem o conhecimento científico como elemento de emancipação e participação cidadã.

Giroux (1997, p. 122-123) afirma que:

> A pedagogia crítica não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas didáticas, mas deve ser entendida como prática política e cultural. Isso implica reconhecer que a escola é um terreno contestado, no qual diferentes formas de poder, ideologia e cultura se enfrentam. Ao assumir a educação como prática de resistência, os professores e estudantes podem questionar as narrativas dominantes, desvelar as relações de dominação e criar possibilidades de novos modos de ser e agir no mundo. Trata-se de construir uma pedagogia que prepare os sujeitos não apenas para se adaptarem à sociedade, mas para transformá-la.

A discussão sobre hegemonia, desenvolvida por Gramsci (2007), contribui para compreender como as políticas educacionais podem tanto reproduzir quanto contestar a ordem social vigente. Para o autor, a hegemonia se constrói não apenas pela força, mas pelo consentimento, de modo que a escola e o currículo são ferramentas de manutenção dessa dominação cultural. Contudo, Gramsci também enfatiza a possibilidade de construir uma contra-hegemonia, baseada na formação crítica de sujeitos capazes de questionar e transformar as estruturas sociais. Nesse sentido, pensar a EJA na pós-modernidade exige compreender as disputas hegemônicas presentes em suas políticas curriculares.

Saviani (2007), ao propor a pedagogia histórico-crítica, destaca a centralidade do conhecimento sistematizado para a formação integral dos sujeitos. Ele critica as tendências pedagógicas que relativizam o papel do conhecimento científico em nome de abordagens pragmáticas e tecnicistas. No contexto da EJA, essa perspectiva é fundamental, pois revela que os jovens e adultos não devem receber um currículo reduzido ou simplificado, mas devem ter acesso aos mesmos saberes historicamente construídos e socialmente necessários para sua emancipação. Assim, as políticas curriculares precisam ser avaliadas à luz de sua capacidade de democratizar efetivamente o acesso ao conhecimento.

Nos últimos anos, autores como Ventura e Silva (2024) analisaram criticamente as reformas curriculares implementadas para a EJA, especialmente a Resolução CNE/CEB nº

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

1/2021, que alinhou a modalidade à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses estudos apontam que tal medida intensificou a flexibilização curricular e abriu espaço para a educação a distância na EJA, fragilizando a qualidade da formação e promovendo um modelo aligeirado. A crítica reside no fato de que, ao priorizar a lógica da empregabilidade, o currículo da EJA acaba por reforçar a subalternidade dos sujeitos em vez de promover sua autonomia.

Nesse contexto, vale destacar a crítica de Apple (2006) acerca da ideologia presente no currículo escolar. O autor ressalta que muitas vezes a seleção dos conteúdos privilegia uma visão de mundo hegemônica, silenciando as vozes dos grupos subalternizados. A esse respeito, o autor afirma:

> Os currículos oficiais carregam em si uma ideologia que naturaliza desigualdades e transforma interesses particulares em universais. A escola, ao transmitir esse currículo, legitima a visão de mundo dominante e exclui outras formas de saber que poderiam servir de base para uma formação mais crítica e emancipatória. (Apple, 2006, p. 49).

A crítica de Apple é especialmente pertinente à EJA, uma vez que os sujeitos dessa modalidade possuem trajetórias marcadas pela exclusão educacional e social. Se o currículo reforça a visão hegemônica, esses sujeitos permanecem duplamente excluídos: primeiro, pelo acesso tardio à escola; depois, pela oferta de uma formação reduzida, que não lhes garante igualdade de oportunidades. Nesse sentido, pensar políticas curriculares para a EJA implica tensionar os mecanismos de reprodução das desigualdades e construir alternativas baseadas na valorização da diversidade cultural e social dos estudantes.

Freire (1996), por sua vez, reforça a ideia de que a educação deve ser um processo dialógico, no qual educadores e educandos constroem coletivamente o conhecimento. Essa perspectiva exige que o currículo da EJA seja pensado não apenas a partir das necessidades do mercado, mas das experiências de vida dos sujeitos. Para o autor, somente assim a educação pode ser emancipadora. Ao dialogar com a realidade concreta dos estudantes, a EJA se torna um espaço de reconhecimento da dignidade humana e de fortalecimento do protagonismo social.

Giroux (1997) alerta que a pedagogia crítica não deve ser confundida com uma simples crítica ao currículo existente, mas deve constituir-se como prática transformadora. Em sua visão, é necessário que os professores se posicionem como intelectuais transformadores, capazes de questionar as bases ideológicas do sistema e propor alternativas pedagógicas voltadas para a justiça social. Essa reflexão é de extrema importância para a EJA, na medida em que os docentes dessa modalidade lidam com sujeitos cujas histórias demandam práticas educativas que vão além da transmissão de conteúdos, exigindo sensibilidade para compreender suas condições de vida e suas aspirações.

Gramsci (2007), ao discutir a relação entre escola e sociedade, destacou que a formação intelectual é condição indispensável para a emancipação da classe trabalhadora.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Para ele, a escola deveria ser espaço de formação de intelectuais orgânicos, capazes de articular teoria e prática na luta por uma sociedade mais justa. Esse pensamento ressoa fortemente nas políticas para a EJA, já que a oferta de um currículo aligeirado nega aos estudantes a possibilidade de desenvolver essa formação crítica. Portanto, a construção de políticas curriculares que favoreçam a integralidade da formação é condição essencial para superar a subalternidade imposta aos jovens e adultos trabalhadores.

A pedagogia histórico-crítica de Saviani (2007) reforça a importância de compreender a educação como mediação para a transformação social. O autor argumenta que a transmissão do conhecimento acumulado historicamente não deve ser vista como reprodução, mas como condição para que os sujeitos se apropriem dos instrumentos necessários à transformação da realidade. Na EJA, essa visão contrasta com propostas que relativizam o acesso ao conhecimento, alegando que jovens e adultos necessitam apenas de conteúdos básicos para sua inserção no mercado. Essa concepção reduz a função social da educação e compromete a perspectiva de emancipação.

Em uma análise recente, Ventura e Silva (2024) destacam que a Resolução nº 1/2021 do CNE reforça a lógica de uma educação adaptada ao mercado, ao mesmo tempo em que ignora a especificidade da EJA como modalidade voltada para sujeitos com trajetórias interrompidas. A adoção de currículos fragmentados e a ênfase na educação a distância intensificam os processos de exclusão e comprometem o direito constitucional à educação de qualidade. Para os autores, esse cenário evidencia que a disputa em torno das políticas curriculares da EJA é, na verdade, disputa sobre os projetos de sociedade e sobre o papel da escola na formação dos trabalhadores.
Nesse sentido, retomar a pedagogia freireana é fundamental para a crítica às políticas curriculares contemporâneas. Freire (1996) afirma que:

> Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. A educação, enquanto prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade, que implica ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 1996, p. 78).

Essa concepção revela que a EJA não pode ser reduzida a uma política compensatória ou a um espaço de certificação rápida, mas deve se constituir como processo de construção coletiva do conhecimento, em que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de sua história e agentes de transformação social.

Ao analisar as políticas curriculares da EJA no Brasil, é possível identificar uma tensão constante entre duas perspectivas: de um lado, a lógica da subalternidade, que busca preparar trabalhadores adaptáveis ao mercado; de outro, a perspectiva da emancipação, que defende a formação integral, crítica e humanizadora. Esse embate revela que as políticas educacionais não são neutras, mas refletem os projetos hegemônicos em disputa na sociedade.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A tarefa do pesquisador e do educador comprometido com a justiça social é problematizar essas contradições e apontar caminhos para que a EJA cumpra sua função emancipadora, em consonância com os princípios democráticos e com a luta pela efetivação do direito à educação.

2. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva crítico-interpretativa, com o intuito de compreender em profundidade os significados atribuídos às políticas curriculares voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se caracteriza por priorizar a análise dos sentidos e significados construídos socialmente, permitindo apreender a complexidade das práticas e discursos que atravessam o campo educacional. Assim, não se busca a generalização estatística dos dados, mas a construção de interpretações densas sobre as políticas educacionais e suas repercussões para os sujeitos da EJA.

O percurso metodológico definido partiu da seleção de quatro artigos científicos publicados em periódicos nacionais de relevância entre os anos de 2020 e 2024. Essa delimitação temporal justifica-se pela necessidade de compreender as formulações mais recentes acerca da EJA, em especial diante dos impactos da pandemia de Covid-19 e das novas normativas curriculares implementadas no país. A análise de produções recentes possibilita situar as contradições e tendências atuais, de modo a problematizar a relação entre emancipação e subalternidade nas políticas curriculares da modalidade.

A escolha dos artigos obedeceu a critérios de relevância acadêmica, pertinência temática e diversidade regional, considerando pesquisas que discutem tanto as dimensões políticas quanto as práticas pedagógicas da EJA. Foram privilegiadas publicações que dialogam com fundamentos críticos da educação e que trazem contribuições para pensar os dilemas contemporâneos da modalidade. Tal recorte permite uma análise consistente do campo, ainda que se reconheça sua limitação diante da vastidão de estudos existentes.

A técnica utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que se constitui em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visando inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Essa técnica permite categorizar e interpretar os discursos presentes nos artigos, possibilitando a identificação de temas recorrentes, contradições e lacunas nas formulações curriculares destinadas à EJA.

O processo analítico seguiu três etapas interdependentes: a pré-análise, na qual foram realizadas leituras flutuantes e organização do corpus; a exploração do material, momento em que se procederam às codificações e categorização dos dados; e o tratamento dos resultados, que envolveu a inferência e interpretação crítica das informações.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Essa sequência garantiu maior rigor metodológico e transparência na condução do estudo, permitindo ao pesquisador elaborar inferências fundamentadas nas evidências dos textos.

É importante destacar que os artigos analisados não foram compreendidos como documentos neutros, mas como produções situadas em contextos históricos, sociais e institucionais específicos. Essa perspectiva segue a orientação de Thompson (2011), que alerta para a necessidade de considerar as condições de produção e circulação dos discursos, de modo a evidenciar suas dimensões ideológicas e seus efeitos sobre a prática social. Assim, os textos foram lidos criticamente, buscando-se apreender tanto seus conteúdos explícitos quanto as implicações implícitas para a EJA.

Do ponto de vista ético, a pesquisa respeitou integralmente a integridade das obras analisadas, com as devidas citações e referências conforme a norma ABNT. Ressalta-se que, por tratar-se de um estudo documental, não houve interação direta com seres humanos, o que elimina a necessidade de aprovação por comitês de ética em pesquisa. Ainda assim, manteve-se o compromisso de assegurar a fidedignidade das interpretações e a valorização das contribuições dos autores e autoras consultados.

Para a realização da análise qualitativa, foram selecionados quatro artigos científicos publicados em periódicos nacionais entre os anos de 2020 e 2024, escolhidos em função de sua relevância acadêmica e pertinência temática no campo da Educação de Jovens e Adultos. Esses estudos, apresentados na Tabela 1, abrangem diferentes contextos e enfoques, possibilitando uma compreensão abrangente das políticas curriculares da EJA na contemporaneidade. A diversidade temporal e temática dos artigos permite não apenas identificar permanências e rupturas nas formulações curriculares, mas também reconhecer como as demandas sociais e políticas recentes, como a pandemia de Covid-19, impactaram diretamente a construção de discursos e práticas voltadas à modalidade.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Tabela 1. Organização do *corpus* analisado

TÍTULO	AUTORES	REVISTA	ANO
Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia de Covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos	Adenilson Souza Cunha Júnior; Kergileda Ambrósio de Oliveira Mateus; Marileide Moutinho Pomponet Lima; Mônica Clementino de Menezes; Solange Balisa Costa	*Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade*	2020
Educação de Jovens e Adultos: políticas, pesquisa e práticas educativas	Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin; Marinaide Freitas; Sita Mara Lopes Sant'anna	*Revista Retratos da Escola*	2021
Dossiê Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e perspectivas	Vários autores (organizado em eixos temáticos)	*Revista Virtual Ensaio*	2023
Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil contemporâneo: desafios e possibilidades	Autores não informados no excerto, mas vinculados a universidades brasileiras (constarão nas referências completas)	*Revista Educação & Formação*	2024

Fonte: elaborado pelos autores.

Contudo, a estrutura metodológica aqui delineada oferece condições para que se alcance o objetivo proposto, qual seja, analisar como as políticas curriculares para a EJA, na contemporaneidade, oscilam entre projetos de emancipação e de manutenção da subalternidade. A combinação entre análise qualitativa, seleção criteriosa de artigos e aplicação da técnica de análise de conteúdo permite conferir solidez ao estudo, ao mesmo tempo em que abre espaço para interpretações críticas acerca do campo investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos quatro artigos selecionados evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em suas múltiplas dimensões, continua sendo marcada por tensões entre emancipação e subalternidade, um dilema histórico no campo educacional brasileiro. Araújo e Simonard (2023) demonstram que, mesmo com o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), a EJA ainda é concebida muitas vezes como ensino compensatório, o que reforça estigmas e limita sua função social. Tal perspectiva converge com a crítica de Ventura e Silva (2024), que destacam como as reformas curriculares recentes, especialmente a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, intensificaram processos de flexibilização e aligeiramento da modalidade, reduzindo o tempo de escolarização e limitando o acesso a conhecimentos científicos. Dessa forma, verifica-se um paradoxo entre a retórica da inclusão e as práticas institucionais que perpetuam desigualdades estruturais.

Outro ponto recorrente nos estudos refere-se à necessidade de formação continuada de professores que atuam na modalidade. Araújo e Simonard (2023) defendem que o docente da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

EJA-EPT precisa superar o preconceito e compreender seu papel político, indo além da mera transmissão de conteúdos técnicos. Esse desafio é corroborado por Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021), que, ao mapear pesquisas e práticas educativas na EJA, identificam a carência de políticas consistentes voltadas à valorização docente e ao desenvolvimento de metodologias adequadas ao perfil heterogêneo dos estudantes. Em ambos os casos, a ausência de diretrizes robustas para a formação profissional docente fragiliza a construção de currículos críticos, comprometendo o alcance da função emancipadora da modalidade. Assim, a docência emerge como categoria central de análise e como condição indispensável para o avanço qualitativo da EJA.

No que se refere às políticas de currículo, Ventura e Silva (2024) são incisivas ao afirmarem que a incorporação da EJA à BNCC intensificou a mercantilização da educação, especialmente pela abertura para a Educação a Distância (EaD) em larga escala. Esse movimento é interpretado como parte de um projeto ultraliberal que desloca a função social da escola para atender às demandas do mercado, em detrimento da formação integral da classe trabalhadora. A análise crítica das autoras demonstra que, sob a lógica da eficiência e da empregabilidade, a EJA passa a ser concebida como espaço de adaptação dos sujeitos ao capitalismo flexível, em vez de campo de resistência e emancipação. Essa perspectiva dialoga com Fernandes (1995), citado pelas autoras, quando destaca que a disputa pela educação é também uma disputa pela hegemonia cultural, revelando que o currículo se constitui como arena política de embates e contradições.

A pandemia de Covid-19, analisada por Cunha Júnior *et al.,* (2020), trouxe novos elementos para essa discussão, ao evidenciar a vulnerabilidade da EJA diante da suspensão das aulas presenciais e da adoção emergencial do ensino remoto. Nos municípios baianos investigados, constatou-se que a ausência de políticas públicas efetivas e a precariedade das condições socioeconômicas dos estudantes inviabilizaram a continuidade das aprendizagens. Além disso, as limitações de acesso a recursos tecnológicos acentuaram as desigualdades já existentes, revelando a falta de preparo dos sistemas educacionais para atender a esse público em contextos de crise. Assim, a pandemia não apenas aprofundou fragilidades estruturais, mas também expôs a necessidade de políticas inclusivas que considerem a realidade concreta dos sujeitos da EJA, especialmente trabalhadores precarizados e moradores de regiões periféricas.

Um aspecto transversal identificado é a persistente marginalização da EJA no sistema educacional. Araújo e Simonard (2023) destacam que, embora os Institutos Federais tenham se consolidado como espaços de inovação e integração entre educação básica e profissional, a modalidade ainda ocupa posição secundária e enfrenta preconceitos institucionais. Ventura e Silva (2024), por sua vez, apontam que o aligeiramento curricular reforça a lógica da subalternidade, reduzindo a EJA a uma alternativa de "segunda linha" em relação ao ensino regular. Laffin, Freitas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e Sant'Anna (2021) reforçam esse diagnóstico ao evidenciarem, em suas pesquisas, a carência de políticas estáveis e a predominância de iniciativas fragmentadas e descontínuas. Essa condição estrutural revela que, apesar dos avanços pontuais, a modalidade permanece vulnerável às mudanças conjunturais e à lógica da descontinuidade política que marca a educação brasileira.

A juvenilização da EJA, destacada por Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021), constitui outro desafio relevante. A transferência de estudantes em defasagem idade-série para a modalidade, muitas vezes impulsionada por políticas de avaliação em larga escala, contribui para a descaracterização do público originalmente atendido pela EJA. Tal fenômeno implica novas demandas pedagógicas e metodológicas, mas também reforça a percepção da modalidade como espaço residual destinado aos que não se ajustam ao ensino regular. Essa tendência, associada às altas taxas de evasão escolar apresentadas por Araújo e Simonard (2023), indica que o sistema educacional ainda não conseguiu formular estratégias eficazes para garantir permanência e sucesso escolar aos jovens e adultos trabalhadores, o que perpetua ciclos de exclusão e limita as possibilidades de mobilidade social.

A questão da evasão escolar, aliás, merece destaque. Os dados apresentados por Araújo e Simonard (2023) revelam que mais da metade da população brasileira acima de 25 anos não concluiu o ensino médio, índice alarmante que reforça a necessidade de políticas estruturantes. A principal causa da evasão continua sendo a inserção precoce no mercado de trabalho, em condições precárias e de baixa remuneração, o que revela a íntima relação entre a dinâmica econômica e os trajetos educacionais dos sujeitos da EJA. Essa realidade é reforçada por Cunha Júnior *et al.* (2020), que apontam como o agravamento da crise sanitária intensificou a necessidade de jovens e adultos priorizarem o sustento familiar em detrimento da escolarização. A evasão, portanto, não pode ser compreendida apenas como falha individual, mas como expressão de contradições estruturais do capitalismo periférico brasileiro.

O currículo da EJA, como ressaltam Ventura e Silva (2024), deve ser entendido como espaço de disputa política. Enquanto os projetos hegemônicos priorizam competências instrumentais e o empreendedorismo, a perspectiva crítica defende a centralidade do conhecimento científico e da formação integral. Essa dualidade foi também identificada por Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021), ao analisarem experiências de currículo que valorizam os saberes locais e a interação com o território, em contraposição a modelos uniformizadores e aligeirados. O contraste entre essas abordagens evidencia que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos, mas um campo de batalha simbólica e material, no qual se decide se a EJA será espaço de emancipação ou de subordinação.

A pesquisa de Cunha Júnior *et al*. (2020) acrescenta uma dimensão importante ao discutir as tecnologias digitais na EJA durante a pandemia. Os autores ressaltam que, embora as linguagens tecnológicas tenham se tornado indispensáveis, seu uso nem sempre promove

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

inclusão, podendo, ao contrário, acentuar processos de exclusão e desumanização. Nesse sentido, defendem uma prática pedagógica crítica que permita aos estudantes compreenderem a "razão de ser" dos objetos e não apenas memorizar informações, em consonância com a perspectiva freireana. Essa reflexão amplia a discussão sobre currículo, ao evidenciar que o acesso às tecnologias precisa ser acompanhado por processos de letramento crítico, capazes de promover autonomia e resistência diante da colonização digital imposta pelas mídias e pelo mercado.

As análises convergem para a compreensão da EJA como direito social fundamental, ainda não plenamente garantido. Tanto Araújo e Simonard (2023) quanto Ventura e Silva (2024) destacam que a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 estabelecem bases legais para a efetivação desse direito, mas que as reformas posteriores, de orientação neoliberal, fragilizaram os mecanismos de sua implementação. Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021) reforçam que a EJA precisa ser reconhecida em sua identidade própria, e não como compensação. Já Cunha Júnior *et al.* (2020) enfatizam que a pandemia escancarou a negligência histórica dos governos, revelando a urgência de políticas que garantam acesso, permanência e conclusão. Assim, o direito à educação emerge como categoria analítica fundamental para compreender os limites e possibilidades da modalidade.

A discussão sobre o papel do trabalho na EJA também se mostrou central. Araújo e Simonard (2023) defendem a integração entre formação escolar e mundo do trabalho como forma de promover emancipação social e econômica, desde que essa integração não reduza a modalidade à lógica da empregabilidade imediata. Ventura e Silva (2024) problematizam justamente essa apropriação utilitarista da educação, destacando que, ao priorizar competências técnicas superficiais, as reformas curriculares distanciam-se de uma concepção de formação humana integral. Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021), ao incluírem reflexões sobre Indústria 4.0 e uberização, reforçam a necessidade de currículos que preparem sujeitos críticos para enfrentar as transformações do trabalho contemporâneo. Dessa forma, a relação entre EJA e trabalho revela-se ambivalente: espaço de possibilidades emancipatórias, mas também de reforço à subalternidade, dependendo das políticas adotadas.

A produção acadêmica analisada também revela uma tensão entre a dimensão local e as políticas nacionais. Enquanto os textos de Araújo e Simonard (2023) e de Cunha Júnior et al. (2020) enfatizam a importância das especificidades regionais, como a realidade dos municípios baianos ou dos arranjos produtivos locais, Ventura e Silva (2024) denunciam os efeitos de políticas nacionais uniformizadoras que ignoram tais diversidades. Essa tensão coloca em evidência a necessidade de currículos flexíveis que respeitem os contextos, sem renunciar ao acesso ao conhecimento científico universal. Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021) reforçam essa perspectiva ao destacarem que os currículos da EJA devem articular saberes locais e globais,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

construindo pontes entre a experiência concreta dos sujeitos e a produção histórica da humanidade.

A análise dos quatro artigos permite identificar também um debate epistemológico em torno das metodologias de pesquisa sobre EJA. Enquanto Araújo e Simonard (2023) adotam uma abordagem documental e histórica, Ventura e Silva (2024) fundamentam-se no materialismo histórico para interpretar as reformas curriculares. Já Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021) organizam um dossiê que mapeia tendências teóricas e metodológicas, incluindo pesquisas do tipo estado do conhecimento, enquanto Cunha Júnior *et al.* (2020) recorrem a análises documentais e empíricas em municípios específicos. Essa diversidade metodológica revela a vitalidade do campo, mas também aponta para a necessidade de maior articulação entre estudos locais e análises de abrangência nacional, de modo a consolidar uma compreensão mais robusta e integrada da EJA.

Em síntese, a discussão dos resultados evidencia que os avanços na EJA são frequentemente contrabalançados por retrocessos estruturais. As experiências de integração com a educação profissional, de valorização dos saberes locais e de uso crítico das tecnologias demonstram caminhos promissores. Entretanto, a persistência de currículos aligeirados, a precariedade da formação docente e a fragilidade das políticas públicas revelam que a modalidade ainda enfrenta grandes obstáculos para se afirmar como espaço de emancipação. A análise indica que a EJA permanece atravessada por disputas entre projetos societários: de um lado, a lógica neoliberal da adaptação ao mercado; de outro, a perspectiva crítica da formação humana integral. A direção predominante dessas disputas determinará se a modalidade continuará sendo espaço de exclusão ou de resistência.

Os quatro artigos analisados permitem concluir que a EJA, embora situada à margem do sistema educacional, constitui campo estratégico para a democratização do conhecimento e para a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, torna-se indispensável romper com a concepção compensatória e afirmar a modalidade como direito social fundamental. Isso implica investir em políticas curriculares emancipadoras, na valorização da docência, na garantia de acesso às tecnologias de forma crítica e na integração entre saberes locais e universais. A análise realizada demonstra que, ao articular diferentes perspectivas teóricas e empíricas, a produção acadêmica contribui para desvelar contradições e indicar caminhos possíveis. Assim, a EJA reafirma-se como espaço de luta e de esperança, no qual se disputam sentidos, projetos e futuros possíveis para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES

A análise dos artigos selecionados permitiu compreender a complexidade que envolve a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil contemporâneo, destacando tanto os avanços quanto as contradições que permeiam essa modalidade. Constatou-se que, embora a EJA esteja

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

amparada por dispositivos legais que a reconhecem como direito social, sua implementação ainda ocorre de forma desigual e fragmentada. As pesquisas de Araújo e Simonard (2023), Ventura e Silva (2024), Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021) e Cunha Júnior *et al*. (2020) evidenciam que a modalidade permanece submetida a uma lógica compensatória, marcada pela descontinuidade de políticas públicas, pela evasão escolar e por currículos aligeirados que limitam o acesso ao conhecimento científico. Nesse sentido, torna-se urgente fortalecer a EJA como espaço de emancipação, capaz de assegurar a formação integral da classe trabalhadora.

A docência emergiu como dimensão central da discussão. Os estudos analisados revelaram que a ausência de políticas de formação continuada específicas para professores da EJA constitui um dos principais entraves para a consolidação da modalidade. Se, por um lado, os Institutos Federais vêm desempenhando papel relevante na integração entre educação básica e profissional, por outro, os docentes que atuam na EJA ainda enfrentam preconceito e carência de preparo para lidar com a heterogeneidade dos sujeitos. Valorizar a profissão docente nesse campo não se resume a garantir condições de trabalho, mas envolve reconhecer o papel político do educador como mediador de processos de conscientização e transformação social, conforme defendido por Freire (1996).

O currículo também se consolidou como categoria analítica fundamental. A partir das contribuições de Ventura e Silva (2024), compreende-se que a incorporação da EJA à BNCC e a flexibilização promovida pela Resolução CNE/CEB nº 1/2021 intensificaram a mercantilização da educação, alinhando-a à lógica ultraliberal do mercado. Tal movimento compromete o caráter formativo da modalidade e ameaça a construção de projetos pedagógicos críticos. Os artigos de Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021) reforçam essa constatação, ao apontar que a EJA deve ser pautada por currículos que articulem saberes locais e universais, valorizando os conhecimentos dos estudantes sem renunciar ao acesso aos conteúdos historicamente produzidos. Essa dualidade entre adaptação e emancipação continuará sendo um dos principais campos de disputa política e pedagógica no futuro da modalidade.

A pandemia de Covid-19, conforme analisado por Cunha Júnior *et al.* (2020), escancarou ainda mais as fragilidades históricas da EJA. A suspensão das aulas presenciais, aliada à ausência de políticas públicas consistentes para o ensino remoto, comprometeu o direito à educação de milhares de jovens e adultos. Além disso, as desigualdades socioeconômicas e tecnológicas aprofundaram a exclusão, revelando que o discurso da inclusão digital ainda se mantém distante da realidade concreta. A experiência vivida nos municípios baianos analisados reforça a necessidade de políticas educacionais que considerem a especificidade do público da EJA, composto majoritariamente por trabalhadores precarizados, que vivenciam cotidianamente a negação de direitos básicos.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A juvenilização da modalidade, apontada nas pesquisas de Laffin, Freitas e Sant'Anna (2021), trouxe à tona um novo desafio: a redefinição do perfil dos sujeitos atendidos. Ao receber estudantes em defasagem idade-série oriundos do ensino regular, a EJA acaba sendo concebida como espaço residual, destinado aos que "não se encaixaram" no sistema formal. Tal movimento ameaça descaracterizar a modalidade e reforça estigmas históricos. Para que a EJA mantenha sua identidade própria, é necessário pensar políticas que assegurem sua especificidade e valorizem a diversidade de perfis, sem reduzir a oferta a uma função de "correção de fluxo". Essa tarefa exige compromisso ético e político dos gestores e educadores envolvidos no campo.

Outro aspecto importante evidenciado foi a íntima relação entre educação e mundo do trabalho. Araújo e Simonard (2023) ressaltam que a integração entre EJA e educação profissional pode se constituir em espaço de emancipação, desde que não se limite à lógica da empregabilidade imediata. Ventura e Silva (2024), por outro lado, alertam para o risco de subordinar a modalidade às exigências do capital, reduzindo a formação a competências instrumentais. A análise comparada das pesquisas permite concluir que a articulação entre EJA e trabalho deve ser pensada de modo crítico, com vistas à valorização da formação integral, e não apenas como instrumento de adaptação às transformações do mercado.

A produção acadêmica examinada aponta que a EJA continua a ocupar posição marginal no sistema educacional brasileiro, ainda que represente uma das modalidades mais estratégicas para a democratização do acesso ao conhecimento. Os desafios de permanência, a evasão, a fragilidade da formação docente e a predominância de currículos aligeirados evidenciam que a modalidade permanece em disputa entre projetos de emancipação e de subalternidade. Apesar disso, as experiências analisadas também revelam potenciais transformadores, especialmente quando articulam saberes locais, tecnologias críticas e práticas pedagógicas emancipadoras. A EJA, nesse sentido, continua a ser espaço de luta e de esperança.

As considerações finais permitem afirmar que fortalecer a EJA requer, necessariamente, o enfrentamento das contradições estruturais que atravessam a educação brasileira. É preciso superar a concepção compensatória, investir em políticas de formação docente, consolidar currículos emancipadores e garantir condições concretas de acesso, permanência e conclusão para jovens e adultos trabalhadores. Mais do que uma modalidade à parte, a EJA deve ser compreendida como parte constitutiva do direito à educação, essencial para a construção de uma sociedade menos desigual. Nesse horizonte, a produção acadêmica analisada se mostra fundamental, pois fornece diagnósticos críticos e propõe caminhos possíveis para a consolidação de uma EJA que seja, de fato, prática de liberdade e instrumento de emancipação humana.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, Doriedson do Socorro Rodrigues de; SIMONARD, Pedro Antônio. A Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: limites e possibilidades da emancipação. **Revista Virtual Ensaio,** v. 25, n. 1, p. 1-17, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza; MATEUS, Kergileda Ambrósio de Oliveira; LIMA, Marileide Moutinho Pomponet; MENEZES, Mônica Clementino de; COSTA, Solange Balisa. Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia de Covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos. **Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; FREITAS, Marinaide; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. Educação de Jovens e Adultos: políticas, pesquisa e práticas educativas. **Revista Retratos da Escola**, v. 15, n. 32, p. 283-287, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VENTURA, Jaqueline; SILVA, Maria José da. Políticas de currículo para a EJA na contemporaneidade: entre emancipação e subalternidade. **Revista Educação & Formação**, v. 9, n. 3, p. 1-20, 2024.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.